



## CONFIGURAÇÕES IMPERIALISTAS PLANETÁRIAS E RECONSTRUÇÕES ESTATAIS NACIONAIS E REGIONAIS

**Flávio Bezerra de Farias**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

**Francisco Dominguez**

Universidade de Middlesex – Londres, Inglaterra

**Marcos Costa Lima**

Universidade Federal do Pernambuco, Brasil

### RESUMO

Discutir a tese segundo a qual na grande transformação social e histórica atual, obedecendo à lei do desenvolvimento desigual e combinado, há uma tendência ao advento de um modo estatal capitalista global, no sentido de que, em geral, o estatal se torna cada vez mais uma configuração coletiva ideal planetária. Em particular, os blocos regionais transnacionais, como a União Europeia (UE) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) são formas que se reconstróem sem cessar. No sentido próprio, também o Estado se restabelece permanentemente como uma forma ancorada nos territórios nacionais.

**Palavras-chave:** Integração. Imperialismo. Globalização. Crise. BRICS

### ABSTRACT

Debate the thesis according to which the current great social and historical transformation, obeying the law of uneven and combined development, there is a tendency to the advent of a global capitalist state in the sense that, in General, the State becomes increasingly a collective ideal planetary configuration. In particular, transnational, regional blocs like the European Union (EU) and the Union of South American Nations (unasur) are forms reconstructing without ceasing. In the singular sense, also the State reinstates permanently as a docked in national territories.

**Keywords:** Integration. Imperialism. Globalization. Crisis. BRICS.



## CONFIGURAÇÕES IMPERIALISTAS PLANETÁRIAS E RECONSTRUÇÕES ESTATAIS NACIONAIS E REGIONAIS

Flávio Bezerra de Farias<sup>1</sup>

Francisco Dominguez<sup>2</sup>

Marcos Costa Lima<sup>3</sup>

### Introdução ao modo estatal global

A contribuição de Flávio Farias inspira-se no marxismo do século XX para fazer uma análise antológico-genética do modo estatal global. Com efeito, Lukács sublinhou um importante eixo de desenvolvimento socioeconômico descoberto por Marx, cuja pertinência de relacioná-lo à época atual e de reafirmá-lo no exame da globalização capitalista torna-se cada vez mais incontestável. Trata-se do

“necessário processo de integração dos grupos humanos, originalmente muito pequenos, em nações e impérios, que mostra finalmente os germes de uma realização sob a forma do mercado mundial e de suas consequências sociais e políticas, nas quais se manifesta nos fatos, pela primeira vez, a tendência a terminar numa unidade social efetiva da humanidade.”<sup>4</sup>

Por outro lado, é originário do marxismo<sup>5</sup> o conceito moderno de totalidade concreta, complexa e contraditória, a ser utilizada na abordagem da integração capitalista, sob o ângulo de uma ontologia das formas estatais contemporâneas. Desde então, existe o pressuposto segundo o qual “a linha geral do desenvolvimento econômico conduz a criar unidades econômicas (e a superestrutura correspondente) sempre mais ampliadas e intensivas”, de

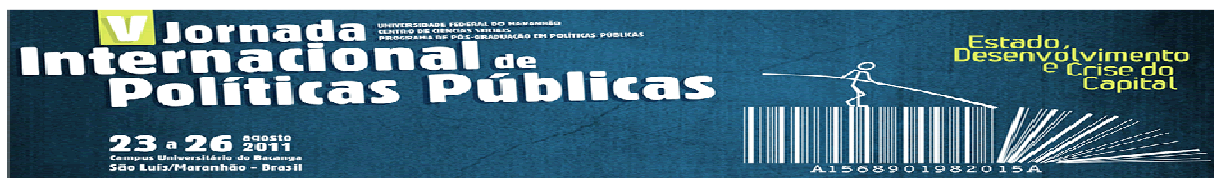
<sup>1</sup> Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA) flavio.bezerra1903@terra.com.br

<sup>2</sup> Doutor. Universidade de Middlesex (Londres). foguinho2@btopenworld.com

<sup>3</sup> Doutor. Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) marcoscostalima@terra.com.br

<sup>4</sup> LUKÁCS, Georges. *Prolégomènes à l'ontologie de l'être social*. Paris: Delga, 2009, p. 342.

<sup>5</sup> Desembaraçado do logicismo e do idealismo hegeliano. Para “apreciar corretamente a superação crítica da dialética hegeliana por Marx, é preciso notar que não se trata aqui somente – como sustentam geralmente os marxistas – de uma « colocação com os pés no chão » do idealismo hegeliano, mas, também, inseparável dela, da crítica de seu « positivismo acrítico ».” (LUKÁCS, *op. cit.*, p. 290).



maneira que “o desenvolvimento da economia capitalista... ultrapassa as fronteiras nacionais que ele inicialmente constituiu e, hoje, já colocou os fundamentos objetivos de um mercado mundial.” (Lukács, *op. cit.*, p.243).

Nesse contexto, o processo de globalização do capital social total foi mais facilmente percebido do que a categoria estatal correspondente e que se coloca no mesmo diapasão. Assim, contra a afirmação unilateral do aspecto universal sublinhou-se o aspecto específico (particular e singular) dessa categoria naquele processo, na suposição de que

“de fato, o capital globalizado, assim como o capital nacional, se apoia sobre os Estados -nações para preservar as condições favoráveis à acumulação do capital, e para melhor compor com essa economia globalizada. Seria, então, mais justo dizer que o que distingue a globalização é menos o declínio do poder de cada Estado-nação, do que uma contradição cada vez mais clara entre o porte muito grande do capital e sua necessidade incessante de recorrer às sustentações extra econômicas mais localizadas das nações. Existe aí uma disparidade, uma clivagem crescente entre a extensão econômica do capital e a ascendência política que ele pode ter.”<sup>6</sup>

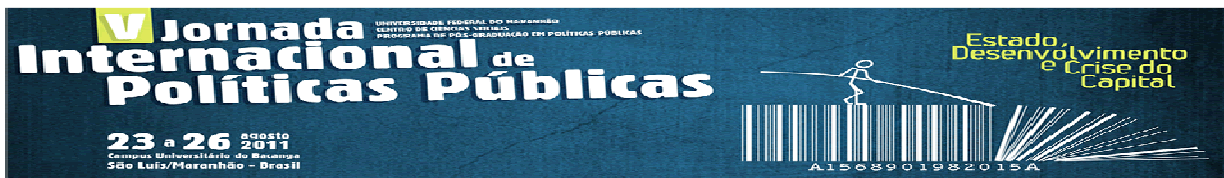
Ao invés de aceitar essa lógica antinômica e funcionalista, trata-se de fazer aqui uma abordagem crítica do silogismo do modo estatal global (envolvendo formas nacionais e transnacionais), no quadro da crise estrutural do capitalismo mundial, enquanto premissa de suas configurações espaço-temporais sob o modo imperialista global (totalização concreta capitalista atinente ao modo de produção e ao modo estatal na escala global), não como antecipação de uma genericidade abstrata, mas como categoria resultante de uma tendência realmente existente. No historicismo nacional-regulacionista, ao contrário, o positivismo se impõe a tal ponto que

“a relação entre o modo de produção capitalista e o Estado-nação é frequentemente concebida em termos de necessidades funcionais, e não no seu desenvolvimento histórico. A diferenciação espacial não assume, portanto, forçosamente, a forma de uma fragmentação estatal. O interesse renovado pela produção social do espaço e pela geografia política sublinha também a necessidade de conceber a configuração dos espaços sociais para além de seu quadro nacional.”<sup>7</sup>

Em conformidade com a lei do desenvolvimento desigual e combinado, na grande transformação social e histórica atual, existe uma tendência ao advento de um grande silogismo do modo estatal global, de sorte que, em geral, o estatal se torna cada vez mais uma configuração coletiva ideal planetária. Em particular, os blocos regionais transnacionais, como a

<sup>6</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *L'origine du capitalisme*. Québec: Lux, 2009, p. 277-278.

<sup>7</sup> Bensaïd, Daniel. *Éloge de la politique profane*. Paris: Albin Michel, 2008, p. 250.



União Europeia (UE) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) são formas que se reconstruem sem cessar. No sentido próprio, também o Estado se restabelece permanentemente como uma forma ancorada nos territórios nacionais. Portanto, no movimento capitalista de integração/socialização na escala mundial, existe a evolução do modo estatal global, colocando novos problemas tidos vulgarmente por imperiais, que pertencem à esfera do contexto dos antagonismos entre os Estados burgueses (rivalidades geopolíticas planetárias), de um lado; e, do outro, existe a evolução do modo de produção, colocando novos problemas de mundialização do capital, que pertencem à esfera do contexto dos antagonismos entre os capitais (rivalidades econômicas planetárias). Entre essas duas evoluções, tendo cada uma delas sua vida própria, existem conexões (formais e funcionais) entre as esferas distintas que atravessam as configurações historicamente determinadas de integração/socialização, onde as ideologias socioeconômicas são as do mercado autorregulado (taylorismo, liberalismo), do mercado regulado (fordismo, providencialismo), do mercado livre e eterno (após-fordismo, neoliberalismo), etc. A grande estratégia de defesa e de política estrangeira imperialista é marcada pelas guerras quentes (*pax britannica*), pela guerra fria (*pax americana*), pela guerra fora dos limites e permanente (*pax imperialis*), etc.



É verdade que, no seio dessa dupla determinação da base e da superestrutura (isolada de todo o resto por abstração), a presença intermediária das determinações atinentes à socialização, à integração e à grande estratégia – que se estendem também imediatamente a todos os aspectos da existência (religiosa, cultural, política, etc.) – permite a percepção de um aspecto decisivo da conexão dialética e histórica capitalista do modo de produção e do modo estatal na escala global, a saber, que suas influências recíprocas formais e funcionais totalizam tanto a unidade, quanto a luta. Portanto, é preciso romper com as visões funcionalistas e



regulacionistas, porque toda verdadeira grande estratégia capitalista é de natureza coletiva ideal, combinada mas desigual. Também, importa ter como premissa o advento do mercado mundial, anunciado pela abundante literatura da economia política da mundialização, e fazer abstrações que permitam a abordagem apenas da situação estatal concreta atual, “onde a dinâmica real do ser histórico que produz mudanças reais através das interações entre as formas do ser” elabora as formas estatais capitalistas nacionais e transnacionais (regionais e planetárias), tendencialmente “reunidas num modo de ser” (LUKÁCS, *op. cit.*, p. 285-286), a configuração estatal global:

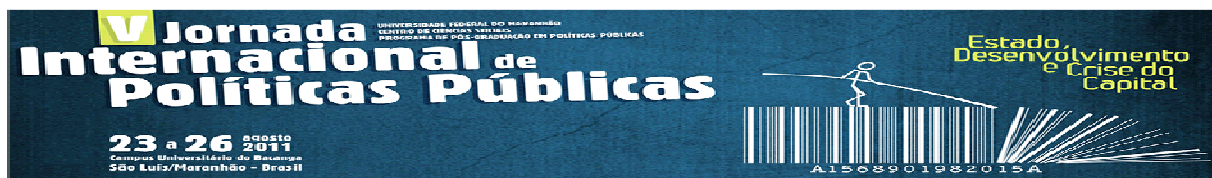
“o fato de que ela tenha tido necessidade de muito tempo para se tornar visível, para devir pensável, para ser pensada, o fato de que as formas sob as quais se apresentou tenham frequentemente acentuado os contrastes, etc. tudo isso não muda nada quanto ao aspecto fundamental dessa tendência: ela se afirma, como tendência, causalmente, isto é, de maneira desigual, contraditória, produzindo oposições, etc., como todas as orientações importantes do processo de socialização dos homens.” (*Idem*, p. 342).

A esse respeito, não se trata de um fenômeno assimilado de maneira positivista ou cosmopolita. Ao contrário, mesmo o advento do modo estatal capitalista global tem um caráter de transição; através da ação do sujeito coletivo proletário deve, então, sofrer uma grande transformação social e histórica, para entrar em fase de extinção, porque essa configuração tem por essência as opressões (exploração, dominação e humilhação) do homem pelo homem, “que atualmente entravam a realização prática da genericidade humana *in fine* universal”; as diversas formas de opressão “também não são vestígios de nossa existência animal, mas, ao contrário, frutos do desenvolvimento da genericidade” na era situada para além do fordismo e na globalização; sem esquecer que no marxismo existe “o fundamento teórico para eliminar da reprodução social a exploração do trabalho, e é assim que se tornou o guia da transformação real da sociedade.” (p. 348-349).

Convém passar, desde logo, pela compreensão do advento do modo estatal capitalista global no momento da crise do capitalismo mundial. Reafirmando as posições assumidas por Farias sobre a dialética do Estado capitalista contemporâneo na sua configuração nacional<sup>8</sup>, assim como nas suas configurações transnacionais regionais,<sup>9</sup> a construção do modo estatal capitalista global precisa ser completada após definir a sua forma de

<sup>8</sup> LIMA, Marcos Costa (org.), FARIAS, Flávio Bezerra *et alii*. *O lugar da América do Sul na nova ordem mundial*. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>9</sup> LIMA, Marcos Costa (org.), FARIAS, Flávio Bezerra *et alii*. *A dinâmica do capitalismo pós-guerra-fria*. São Paulo: UNESP, 2008



existência geral: sua configuração transnacional planetária.

### **Desdobramentos da Crise capitalista de 2008. São diferentes caminhos do centro e da periferia, ou é uma crise global?**

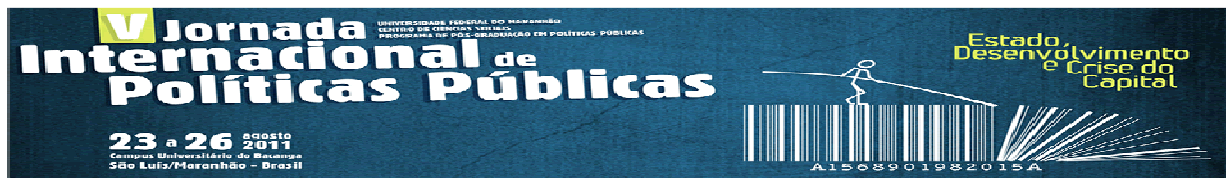
Para Marcos Costa Lima, talvez o maior desafio das ciências sociais contemporâneas seja entender as mudanças e transformações radicais vividas no século XXI. E ainda mais ser propositiva, mas nunca dogmática. É sempre difícil comparar os períodos históricos e daí a importância da longa duração. Vivemos hoje no início de um novo século que traz consigo muitas dúvidas e perplexidades. Talvez o fenômeno mais avassalador tenha sido a proliferação de novas tecnologias que alteraram por completo as formas de trabalho, o acesso às informações, os deslocamentos de pessoas, de fluxos financeiros, o cotidiano das famílias, o imaginário coletivo, os ambientes construídos, as novas dimensões do espaço, a sensação da “aldeia global”. Todos falam da vertigem da velocidade, da falta de tempo, das rupturas com o passado, da síndrome de pânico, dos grandes aglomerados urbanos, do ruído, dos engarrafamentos. Em grande medida busca-se conceituar tudo isto com um “pós”, como se a humanidade houvesse atravessado ou ultrapassado um umbral e de onde ainda não tivesse certeza de para onde vai. A célebre pergunta de Gauguin, “de onde vim, onde estou e para onde vou”. Então, intitulamos diversamente esta nova “realidade”, de global, de sociedade do conhecimento, do aprendizado, da economia e sociedade da informação, sociedade midiática, de pós-modernidade.

David Harvey, ao sucintamente explicitar a tese de seu prestigiado livro, afirmou com simplicidade: “Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas (...) Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço”<sup>10</sup>.

As transformações se dão na produção e consumo dos alimentos, na produção de sementes e transgênicos, nas práticas médicas associadas a máquinas sofisticadas e intervenções corpóreas e o uso de fármacos sofisticados ao menos para os que podem ter acesso. A velocidade das inovações é inversamente proporcional ao seu uso inicial, que é

---

<sup>10</sup> Harvey, David (1989). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, p.7



proibitivo. Até que a produção em escala cada vez mais gigantesca reduza os custos e permita a ampliação do acesso. É o saber perito por todos ambicionados, como diria o sociólogo Giddens e que estabelece as distinções de natureza diversa, de poder, de riqueza, de prestígio, de bem estar.

O mundo dos computadores, da internet, do virtual, do trabalho e da produção incorpórea, das máquinas quase perfeitas que incorporam novas invenções, o Ipod, o Twitter, o Google, o Skype, cada equipamento introduzindo novos campos de relações, novas formas e práticas de cotidiano.

Enquanto toda essa dimensão da vida, dos processos e das articulações homens - máquinas ganha complexidade e inovação constante, também alguns problemas se acumulam. E são problemas de envergadura, a começar pelas iniquidades produzidas pelo capitalismo hegemônico em escala planetária, que concentra riquezas em poucos lugares, cidades, estados, regiões, e em poucos grupos sociais, submetidos a uma lógica padronizada de alienação do trabalho e consumo. Aí está o grande contingente mundial de excluídos, de pobres, de sem-teto, de sem terra, que em que pese todos os avanços tecnológicos *et pour cause* como diria Celso Furtado, produzem a política das diferenças.

Um segundo problema estrutural é justamente a vertigem da obsolescência sistêmica da produção, articulada que está também e, sobretudo, com as finanças globais, com o capital rentista de banqueiros, aplicadores das bolsas e de fundos de pensão. A necessidade intrínseca do capitalismo, de aumentar a escala da produção trás consigo a necessidade de incorporar mais matéria prima, mais água, mais novos materiais e, grande contradição, menos trabalho. O mais trabalho só se dá quando a remuneração pelo esforço é cada vez mais diminuta. O padrão de desenvolvimento sem sustentabilidade e regido apenas pelas leis de mercado, tem gerado os conflitos ambientais especializados, e mais do que isso, tem levado a exaustão a capacidade física de equilíbrio climático e dos ecossistemas. Como nos falam os sociólogos Andréa Zhouri e Klemens Laschefski: “as atividades causadoras de impacto ambiental são, freqüentemente, localizadas em áreas ocupadas pela população mais marginalizada e vulnerabilizada da cidadania, ou seja, as camadas sociais de baixa renda, as quais coincidem, muitas vezes, nos Estados Unidos, com as comunidades afro-americanas,



meríndias e asiático-americanas”<sup>11</sup>.

Um terceiro problema estrutural, que se articula com os dois anteriores, é aquele da hegemonia e da política mundial; de uma elite de poder, da plutocracia internacional e dos políticos de grande influência, dos grandes capitalistas de variada natureza que, sob o véu da democracia, praticam toda sorte de arbitrariedades contra os “commons”. Estabelecem certa normatividade e sabem proteger-se juridicamente inclusive de processos milionários de corrupção e dos ganhos ilícitos. Lembra-me aqui o famoso poema de Bertold Brecht a propósito dos banqueiros. A mídia multinacional é um fator de cristalização dos discursos e práticas dominantes e poderosa construtora e articuladora de consensos. De tempos em tempos ocorre um wikileaks, ou uma revolução no Egito, que ainda precisam ser estudadas, tendo em vista seus aspectos de novidade.

Um quarto problema estrutural está na *geopolítica do conhecimento* das ciências sociais, conforme a rica reflexão do sociólogo Sérgio Costa, “a produção e a validação de conhecimentos nas sociedades modernas reproduzem formas coloniais de dominação”<sup>12</sup>. Esta tradição eurocêntrica da modernidade, segundo o sociólogo, é “a convicção de que a história moderna representa a contínua e heróica ocidentalização do mundo, isto é, a expansão das instituições, das formas culturais de vida e modelos de sociabilidade surgidos na Europa Ocidental a partir do século XVIII para todas as regiões do planeta acompanha a Sociologia [e a Política] desde o seu berço. Dessa convicção, deriva-se uma orientação metodológica que persiste, de algum modo, ainda hoje, qual seja, assumir normas sociais, as estruturas e os valores encontrados nas sociedades denominadas ocidentais como parâmetro universal que define o que são sociedades modernas”. Sem sombra de dúvidas, o movimento *tectônico* produzido pela China desde 1998, e com taxas de crescimento inauditas desde então, levanta para as Ciências Sociais contemporâneas, novas interrogações, seja da articulação de um *mix* de modelo de capitalismo com fortes traços de acumulação primitiva, a um estado totalitário, com nuances marxistas e da tradição confuciana.

Poderíamos indicar ainda novas questões estruturadoras desta pós -modernidade (?), mas já temos o suficiente para explicitar os desafios das ciências sociais brasileiras, que

<sup>11</sup> Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens (2010) “Desenvolvimento e conflitos ambientais. Um novo campo de investigação”. In: Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens (org.) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.21.

<sup>12</sup> Costa, Sérgio (2010), “Teoria por Adição”. In: Carlos Benedito Martins (Coord.Geral) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, p.26 e 28.





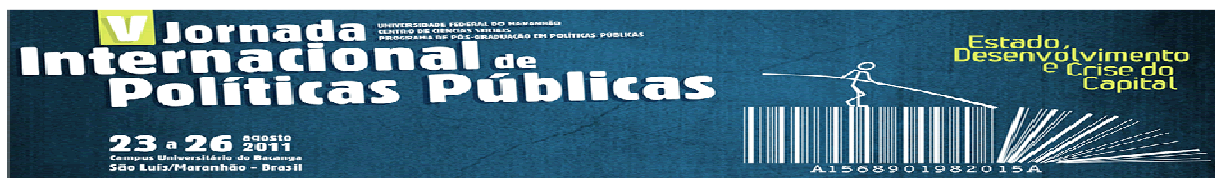
não são unívocos, mas contraditórios e multiparadigmáticos, são universos de conflito e em conflito.

Finalmente, a última questão de envergadura trata das diferentes alternativas a serem estruturadas pelo centro e pela periferia do sistema. Muito tem se falado na imprensa especializada sobre o acrônimo BRICS desde que o economista Jim O'Neil, de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs, o estabeleceu em 2001.. Em 2008, o economista keynesiano Deepak Nayyar produziu um documento para a UNU-Wider confirmando as perspectivas de O'Neil e intitulando estas economias como "motores de crescimento". Mais recentemente, alguns documentos têm apontado que, ao menos pela China, o *leaping-frog* do país líder asiático não necessitará de 50, mas de 20 anos para alcançar o Produto Interno Bruto dos Estados Unidos da América, mantendo as suas taxas de crescimento atuais. Este artigo, que se inscreve no sub-campo da Economia Política Internacional, se propõe a analisar se os BRICS em termos de proposições teórico-práticos, consolidam ou ao menos induzem novas abordagens que reforcem as premissas que a Política Mundial está vivendo uma mudança paradigmática. Um segundo objetivo é avaliar o desempenho comparativo destes países e verificar em que medida estão avançando para consolidar um núcleo de coalisão específico para atuar como balisadores da atual política mundial. Em terceiro lugar, avalia o nível de articulação comercial entre os quatro países, que pode reforçar ou reduzir as perspectivas de que estas relações não se tratem apenas de mais uma retórica midiática.

### **Ação e reação na perda de hegemonia hemisférica do imperialismo norte-americano**

As investigações de Francisco Dominguez mostram que, há mais de uma década, a América Latina está experimentando um integracionismo desenfreado. O surgimento de projetos integracionistas tais como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), assim como o estabelecimento, o desenvolvimento e o fortalecimento de organismos alternativos (ou potencialmente alternativos) e aqueles criados pelos Estados Unidos (a Organização dos Estados Americanos, por exemplo) como o Grupo do Rio e, mais recentemente, a UNASUL, seguidos pela Comunidade de Estados Latino-americanos e caribenhos, confirmam este alastramento de maneira contundente.

A postura da UNASUL foi crucial na sua contribuição à derrota dos planos



separatistas de Santa Cruz, na Bolívia, em setembro de 2008, cujo êxito teria, fatalmente, levado à derrocada do presidente Evo Morales, com consequências geopolíticas negativas incalculáveis para a região. Também, deve ser considerado o grande aumento do comércio intercontinental, além de uma intensa atividade integracionista que se manifesta em instituições (Banco do Sul, CODESUL, PETROSUL), bem como em emissão de bônus venezuelanos, que contribuíram significativamente para a redução (ou eliminação) da dívida externa tanto argentina como brasileira (US\$ 9 bilhões e US\$ 15 bilhões, respectivamente), o que reduziu a influência do FMI e do Banco Mundial (leia-se da hegemonia norte-americana) na região.

Além do mais, cabe acrescentar uma enorme quantidade de iniciativas integracionistas ou de colaboração tanto bilaterais como multilaterais entre nações latino-americanas (a este respeito devem ser mencionadas, a decisão argentino-brasileira de comercializar com suas próprias moedas e não com o dólar, o Petro-Caribe, o Programa de Alfabetização Regional e a Operação Milagre, entre muitas outras), cujos eixos são o benefício mútuo dos integrantes/integrandos e a colaboração. Tudo isso com ênfase em programas de erradicação da pobreza, redistribuição de renda, redefinição progressista das relações com o capital multinacional – que, em alguns casos, levou à nacionalização – e, ao mesmo tempo, acompanhado da eliminação ou redução da exclusão social e da democratização da sociedade.

O fato de que a crise mundial de 2008 tenha afetado a região tão levemente é uma confirmação de que a adoção mais ou menos generalizada desse tipo de políticas econômicas e sociais dão resultado. Uma outra dimensão, se refere ao crescente distanciamento econômico de praticamente todo o conjunto da região relativamente aos Estados Unidos e ao desenvolvimento de vínculos cada vez mais fortes com parceiros comerciais (com a China em particular), para além da América do Norte e, inclusive, da União Europeia.

Sem dúvida, tudo isso se insere num contexto em que o Pentágono está vigorosamente militarizando a região, estabelecendo bases e/ou instalações militares em toda a área do Caribe, da América Central e do Atlântico Sul. As razões oficiais para esta expansão gigantesca do aparato militar estadunidense na região um motivo justificado de grande alarme nos governos situados ao sul do Rio Bravo.

A intervenção de Francisco Dominguez nesta mesa examinará essas tendências diametralmente opostas, buscando mostrar que fazem parte dos mesmos fenômenos e transformações positivas que a região vem experimentando há mais de uma década.



## Conclusão

O modo estatal capitalista global, que corresponde e se coloca no mesmo diapasão da mundialização do capital, está em vias de configurar o seu elemento estatal mais universal, enquanto categoria capitalista coletiva ideal planetária (OTAN, OMC, FMI, G20, etc.). No seio da totalização estatal global em movimento de constituição contraditória, ao mesmo tempo, se reconstruem os seus elementos estatais específicos, sejam nacionais (Estados-nações), seja regionais (União Europeia, Unasul, etc.). O modo de produção e o modo estatal se ampliam na escala mundial e se desenvolvem de maneira desigual e combinada – que é uma lei inerente aos dois modos de existência capitalistas.

## Referências

- BENSAÏD, Daniel (2008). *Éloge de la politique profane*. Paris: Albin Michel, 2008.
- LIMA, Marcos Costa (org.), FARIAS, Flávio Bezerra et alii. (2001). *O lugar da América do Sul na nova ordem mundial*. São Paulo: Cortez.
- LIMA, Marcos Costa (org.), FARIAS, Flávio Bezerra et alii. (2008). *A dinâmica do capitalismo pós-guerra-fria*. São Paulo: UNESP.
- HARVEY, David (1989). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- LUKÁCS, Georges (2009). *Prolégomènes à l'ontologie de l'être social*. Paris: Delga, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins (2009). *L'origine du capitalisme*. Québec: Lux.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.) (2010). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- COSTA, Sérgio (2010), "Teoria por Adição". In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.Geral) (2010). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS.